



2117076



08000.040002/2017-08

## TERMO ADITIVO Nº 2/2021-SEI

PROCESSO Nº 08000.040002/2017-08

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 32/2020-SEI, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, E A EMPRESA VIVER EVENTOS LTDA.**

A **União**, representada pelo **MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**, por intermédio da Subsecretaria de Orçamento e Administração, com sede no Setor Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, CEP 70.308-200, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.136.980/0008-87, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pela Subsecretária de Orçamento e Administração, Senhora **LORENA FERRER CAVALCANTI RANDAL POMPEU**, matrícula SIAPE n.º 1097697, designada por meio da Portaria n.º 147, de 26 de fevereiro de 2021, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União – DOU, de 1.º de março de 2021, por subdelegação de competência fixada na Portaria n.º 6, de 12 de janeiro de 2021, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União - DOU de 14 de janeiro de 2021 e de outro lado a empresa **VIVER EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.274.005/0001-63, sediada na SHIN CA 1 Lote A, Bloco A, Pavimento 4.º, sala 430, Lago Norte, Brasília-DF, CEP: 71.503-501, neste ato representada pelo Senhor **REGINALDO ALBUQUERQUE MENESES**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.598.309 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n.º 809.644.431-04, tendo em vista o que consta no Processo n.º 08000.040002/2017-08 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Contrato n.º 32/2020-SEI, decorrente do Dispensa de Licitação n.º 06/2020, com vistas à contratação de empresa remanescente do Pregão Eletrônico n.º 02/2018, constante do processo em epígrafe, em observância às disposições do inc. XI do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como de seus demais dispositivos, e, ainda, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 25 de maio de 2017.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação, por mais 12 (doze) meses, do prazo de vigência do Contrato Administrativo n.º 32/2020, nos termos previstos em sua CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, ou até que se conclua novo procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 28/05/2021 a 27/05/2022 ou até que se conclua novo procedimento licitatório, e a consequente formalização do contrato destinado a presente avença, prevalecendo o que ocorrer primeiro e por interesse da Administração, nos termos do art. 57, § 4.º da Lei 8.666/93.

2.2. **SUBCLÁUSULA ÚNICA** – Fica assegurado a CONTRATADA, comunicação prévia à resolução do contrato, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1. O valor total do contrato é de **R\$ 2.357.920,74** (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e vinte reais e setenta e quatro centavos), compreendendo o período de 12 (doze) meses.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes da celebração do presente instrumento correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

**Programa de Trabalho:** 14.122.0032.2000.0001

**PTRES:** 174802

**Ação:** 2000 – Administração da Unidade

**PO 0000** - Administração da Unidade - Despesas Diversas

**Fonte:** 0100

**Natureza da Despesa:** 339039

4.2. Nos termos do item 10 do anexo IX da Instrução Normativa n.º 05/2017 do MPOG, serão indicados oportunamente em aditivos ou apostilamentos, os créditos e empenhos para a cobertura das despesas da execução no exercício financeiro seguinte.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO DIREITO AO REAJUSTE**

5.1. Fica resguardado o direito da CONTRATADA ao reajuste dos valores contratuais, conforme disposto na **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE** do Contrato.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste Termo Aditivo, garantia de execução contratual, no valor de **R\$ 117.896,04** (cento e dezessete mil oitocentos e noventa e seis reais e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, na modalidade a ser escolhida pela mesma, conforme disposto no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, que ficará sob a responsabilidade do CONTRATANTE.

6.2. A garantia deverá ter vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme disposto no item 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

8.1. O presente Termo Aditivo decorre de Autorização da Subsecretária de Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do CONTRATANTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 7º, inciso VIII, da Portaria nº 6, de 12 de janeiro de 2021, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União – DOU, de 14 de janeiro de 2021 e encontra amparo legal no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, c/c com a Cláusula Segunda do Instrumento Contratual.

9. **CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

9.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, que será publicado no Diário Oficial da União, nos termos do Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993 e alterações, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. As partes, de comum acordo, elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal em Brasília-DF para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.2. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado e disponibilizado por meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, assinado pelas partes abaixo.

**LORENA FERRER C.R. POMPEU**

Subsecretária de Orçamento e Administração

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH

**Contratante**

**REGINALDO ALBUQUERQUE MENESES**

Representante Legal

VIVER Eventos Ltda

**Contratada**



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO ALBUQUERQUE MENESES, Usuário Externo**, em 07/05/2021, às 11:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu, Subsecretário(a) de Orçamento e Administração**, em 07/05/2021, às 18:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2117076** e o código CRC **98FE9059**.